

ESPAÇO PÚBLICO E LAZER: O RETRATO DOS USUÁRIOS DA ÁREA EXTERNA DO PARQUE DO INGÁ, MARINGÁ PR, BRASIL

PUBLIC SPACE AND LEISURE: A PICTURE OF THE GOERS AT THE EXTERNAL AREA OF PARQUE DO INGÁ, MARINGÁ PR, BRAZIL

Marcos Clair Bovo ¹, Pedro Henrique Bruno Martins ²

¹ Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campo Mourão, PR, Brasil

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil

Correspondência para: Marcos Clair Bovo (mcbovo@yahoo.com)

doi: 10.12957/geouerj.2016.19472

Recebido em: 4 nov. 2015 | Aceito em: 2 ago. 2016



RESUMO

Os espaços públicos de lazer são alvos de debates entre urbanistas, sociólogos e geógrafos, além de estar no campo de discussão do planejamento urbano. Estes locais constituem-se hoje como potenciais áreas de socialização, e atendem a diferentes usos e interesses nas cidades, servindo, inclusive, como áreas de valorização imobiliária. Esta pesquisa tem por objetivo analisar o espaço de lazer produzido pela pista de caminhada na parte externa do Parque do Ingá na cidade de Maringá (PR), destacando o perfil dos usuários que frequentam este espaço público. Utilizou-se como metodologia: o levantamento bibliográfico, a pesquisa in loco, levantamento qualitativo e quantitativo, e aplicação de questionário com questões semiestruturadas. Dentre os resultados obtidos por meio das entrevistas, estão: a predominância do gênero masculino, o nível superior de escolaridade da maioria dos usuários, e a renda predominante entre dois e quatro salários mínimos. O lazer foi identificado como principal motivo de atração pelo público.

Palavras-chave: Espaço público; Lazer; Parque urbano

ABSTRACT

Leisure public spaces are targets of debate among urbanists, sociologists and geographers, besides being in the field of discussion of urban planning. Such locals are currently potential areas for socialization, and attend different uses and concerns in the cities, serving, also, as real estate valuation. This research aims at analyzing the leisure space produced by hiking trail placed at the external area of Parque do Ingá, in Maringá (PR), highlighting the profile of the users that go to that public space. The methodology used consisted in: bibliographical review, research in loco, qualitative and quantitative survey, and a questionnaire with semi structured questions. Among the results obtained with the interviews, are: predominance of male goers, high education level in most of the users, and income predominantly between two and four minimum wages. Leisure was identified as the main reason of attraction for the public.

Keywords: Public space; Leisure; Urban park.

INTRODUÇÃO

O termo espaço público surge cada vez mais como lócus de base para as diversas ciências. Dentre elas destacamos a Geografia que procura entender o espaço público em sua totalidade, objetivando entendê-lo para além de suas formas e aparências. Portanto, para a abordagem geográfica os espaços públicos urbanos são os mais privilegiados, pois são neles que identificamos a dinâmica e à diversidade social, econômica, política e cultural.

Nesse sentido, Gomes (2006) destaca o espaço público como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. Para o autor, essa ideia deve permear o olhar geográfico sobre o espaço público. Já Serpa (2011) considera o espaço público como o espaço da ação política na contemporaneidade e ainda como espaço simbólico, na qual se manifestam diferentes ideias de cultura e de sujeitos. Sob essa perspectiva, Serpa (2011) evidencia a transformação destes espaços em mercadoria e sua consequente apropriação desigual.

Castro (2002, p. 54) ao abordar o conceito, avalia que para além de uma determinação político-jurídica, o espaço público é um produto do uso social. Segundo a autora “existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso colectivo intenso”.

Para a autora, a ideia de público determina-se pelo oposto à noção de privado não havendo, portanto, restrições no critério da acessibilidade destes espaços. “O critério de acessibilidade repousa sobre a ideia implícita de que é a livre circulação do corpo no espaço que o torna público e que espaços acessíveis pressupõem” (CASTRO, 2002, p. 55).

Nesta pesquisa, além da reflexão sobre o espaço público, propõe-se, também, apresentar algumas discussões em torno do conceito de lazer, levando-se em consideração as ideias apresentadas por Mascarenhas (2000); Ansarah (1990); Camargo (2003); Dumazedier (1976); Marcellino (1996); Pimentel (2010). Esses autores consideram o lazer como parte do tempo livre dos indivíduos, no entanto, como avalia Mascarenhas (2000) deve-se examinar essas práticas à luz de uma sociedade desigual na qual o capital, muitas vezes vem transformando o lazer em mercadoria. Neste contexto, “o resíduo de tempo em que ocorre o lazer e a maneira como dele as pessoas se apropriam, caracteriza-se pelo modo ou posição que o sujeito ou determinado grupo ocupa na sociedade de classes” (MASCARENHAS, 2000, p. 13). Na visão do autor, o poder de compra e consumo configura-se na sociedade contemporânea como uma forma de emprego do lazer.

Dentre os espaços públicos destinados ao lazer, o presente artigo tem por objetivo evidenciar o parque urbano. Esse espaço público tem se tornado objeto de investigação por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento científico. Dentre eles destacamos Macedo e Sakata (2010); Serpa (2005); Bovo (2009), entre outros. Para Macedo e Sakata (2010, p. 14) a definição de parque nem sempre é clara, alguns consideram o parque qualquer espaço público de lazer ou de conservação com presença de vegetação. Para os autores, o parque é caracterizado pela disponibilidade de estruturas de lazer.

Tendo em vista as ideias explicitadas acima, o presente artigo apresenta algumas reflexões sobre o espaço de lazer produzido pela pista de caminhada na parte externa do Parque do Ingá, na cidade de Maringá (PR), destacando o perfil dos usuários que frequentam este espaço público. Parte-se do pressuposto de que tal espaço de lazer vem sendo apropriado por um público restrito da cidade, opondo-se a ideia do espaço público como meio de integração de indivíduos de diferentes classes sociais. Assim, espera-se que com os resultados obtidos haja contribuição para os estudos em Geografia urbana, dado a relevância social do tema e a importância de tal espaço para a cidade, também, colaborar com o poder público visando melhorias para os usuários do Parque do Ingá.

Reflexões acerca ao espaço público: apontamentos teóricos

A conceituação de espaços públicos pode envolver diferentes sentidos, consequência da complexidade que abrange o termo, além disso, alguns autores como Gomes (2006) apontam para uma deformação em relação ao conceito. Castro (2002) menciona também a banalização de seu uso, que faz com que seu significado fique incerto. Esta definição não pode ser entendida simplesmente pela sua natureza jurídica, representada pelos estatutos dos diferentes espaços urbanos e amparada na dicotomia público/privado.

Para Ferreira (2000), seguindo as premissas trazidas por Lefebvre (1968), deve-se interpretar o espaço a partir da dimensão cultural, entendida como “[...] uma reivindicação política e cultural em relação à vida urbana, entendida, sobretudo, ao nível dos processos de sociabilidade urbana e de

fruição plena da cidade [...]” (FERREIRA, 2000, p. 15), o que remete para os processos de apropriação pública do espaço urbano, independentemente da natureza jurídica, pública ou privada.

Segundo Gomes (2006), a característica que define o espaço público é a relação direta com a vida pública. Para Habermas (1992, apud GOMES, 2006, p. 160) “o espaço público é o lugar do discurso político. Para que esse lugar opere uma atividade pública é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma co-presença de indivíduos”. O autor apresenta o espaço público como local onde os problemas se apresentam, são debatidos de forma horizontal e confrontados à opinião pública, sendo por fim resolvidos. Desse modo, um dos problemas da sociedade foi à transformação do público em apáticos espectadores pela ação de governantes e da mídia. O grande desafio então é reconquistar o espaço público como lugar da participação ativa (GOMES, 2006).

Gomes (2006, p. 162) considera que “fisicamente, o espaço público é, antes de tudo, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. Para o autor, esta é uma regra que deve ser seguida, apesar das divergências dos grupos sociais que convivem sob o mesmo espaço. Nesta perspectiva, essa acessibilidade deve estar sujeita apenas às normas que regulam as condutas nas áreas comuns. Uma investigação dessa temática pelos autores permite-nos dizer que os espaços públicos compreendem hoje um desafio nos projetos urbanos na medida em que deve atender a diferentes usos e públicos.

Silva (2009) traz-nos outro ponto de vista do assunto, a partir de uma ressignificação do espaço público na realidade brasileira, segundo ele, por intermédio da ausência do Estado e de uma sociedade desigual emerge-se a cultura do medo, expressada principalmente na privatização da vida urbana.

Este processo é nítido quando se nota a reprodução de espaços privados como *shopping centers* e condomínios fechados que em seus projetos arquitetônicos, procuram recriar ambientes com características de espaços coletivos. O resultado disso é uma “valorização negativa” dos espaços públicos na cidade contemporânea, na medida em que, passam a ser associado como locais de perigo e ameaça por parte da população.

Para Silva (2009) este desgaste do espaço público pode ser entendido como uma banalização da noção daquilo que é público, referente à vida coletiva. Segundo o autor:

Revertendo a lógica segundo a qual o espaço público, a princípio (ou seja, por ser público e não o seu oposto: privado, restrito) é uma espacialidade urbana aberta e, desta forma, revestida de uma valoração positiva com um potencial para proposição e criação de novas possibilidades, nas cidades brasileiras contemporâneas ele é, ao contrário, sob o imperativo do medo, uma ameaça em potencial. Em detrimento da sociabilidade e solidariedade, opta-se pela cerca metálica (SILVA, 2009, p. 16).

Em meio às diversas ênfases que os debates sobre os espaços públicos vêm ganhando, chama a atenção à abordagem, sobretudo, pela mídia e de maneira rasa, do aumento da insegurança nos centros urbanos. Esse processo de ressignificação do espaço público é também resultado da síndrome de agorafobia da população das cidades,

[...] cujos sintomas são a reclusão e o enclausuramento em espaços privados, protegido das ameaças externas. Para atender a um desejo por sociabilidade urbana [...], este indivíduo busca, [...] espaços de uso e acesso coletivo, mas com características de segmentação e homogeneização social, onde apenas os semelhantes se encontram [...] (SILVA, 2009, p. 17).

Conforme o autor vive-se uma aversão a tudo que é de domínio público na vida urbana contemporânea.

Na visão de Narciso (2009), as transformações ocorridas nos espaços públicos estão relacionadas a estratégias políticas urbanas, na medida em que servem aos interesses do capital, incentivando a proliferação e o consumo de espaços privados. Para a autora:

[...] o caso dos projectos de renovação urbana em que se dá grande ênfase ao espaço público, não é mais do que uma estratégia de acumulação de capital e um modo da reprodução capitalista contemporâneo subjacente às acções do poder público e da iniciativa privada, instituindo-se através da produção-consumo (NARCISO, 2009, p.268).

Dessa maneira, essas ações implicam em modificações na funcionalidade e acessibilidade dos espaços públicos. Simultaneamente, cresce os investimentos em espaços públicos de maior visibilidade, especialmente locais turísticos e centrais das cidades, viabilizado por meio da articulação do poder público com a iniciativa privada (SERPA, 2011).

Para Castro (2002), a dicotomia público/privado foi sustentada pela sociedade contemporânea a partir da valorização da propriedade privada, e esta divisão, cumpre uma função cultural ao regular os comportamentos e usos legítimos. Os usuários dos espaços públicos também colaboram neste processo de expansão do mercado privado, a partir do momento em que determinados grupos, ao se apropriar do espaço, criam obstáculos simbólicos, muitas vezes imperceptíveis, gerando uma “territorialização do espaço”. Como afirma Serpa (2011):

O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar “o outro” em um espaço que é acessível a todos (SERPA, 2011, p. 36).

Para o autor, essas práticas dificultam a apropriação social dos espaços públicos nas cidades. É nesse sentido, que Castro (2002) ao discutir o processo de coexistência socioespacial comenta que “o espaço público pode tornar-se, para certas categorias da população e em certos momentos, um espaço de poder quando determinados grupos põem em prática estratégias de ocupação e comportamentos que visam à exclusividade” (CASTRO, 2002, p. 59).

De todo modo, como afirma Silva (2009), o espaço público não é sinônimo de uma sociedade aberta, para ele, “o espaço, em sua própria materialidade, está sujeito a dispositivo de poder tanto na definição de seus limites propriamente físicos, quanto às formas simbólicas de acesso e apropriação”. Ou seja, a condição pública de um espaço da cidade não é necessariamente sinônimo de liberdade política ou de democracia (SILVA, 2009, p. 26).

Na visão de Bortolo (2013), a produção dos espaços públicos origina uma demarcação física e simbólica nas cidades, e estas delimitações definem usos e funções. Dessa forma, é evidenciado o potencial existente nestes locais enquanto áreas de socialização e integração. Conforme o autor:

Considerado em diferentes dimensões e em diversos centros urbanos, o espaço público além de proporcionar lazer, na maioria das vezes, busca garantir a inclusão dos seus diferentes usuários a partir de suas inúmeras funções desempenhadas e seus distintos papéis no espaço da cidade. Tais espaços possuem grande importância no contexto das cidades na sociedade contemporânea, sendo estes, espaços de integração, como também, nos apresenta diferentes manifestações no decorrer de sua produção e seus usos (BORTOLO, 2013, p. 52).

Nessa perspectiva, o espaço público é caracterizado como área onde os diferentes grupos sociais compartilham o mesmo território no espaço urbano. Nesse sentido, Sobarzo (2004) considera que “o espaço público é analisado como um produto e um possibilitador das relações sociais” (SOBARZO, 2004, p. 22).

As discussões trazidas acerca do significado de espaço público reafirmam a complexidade que abrange sua definição, a expansão dos centros urbanos e sua dinâmica de funcionamento, resultam no surgimento de novos processos de transformação no espaço, acompanhado de novas demandas sociais e conseqüentemente novas interpretações do espaço público. Nesse sentido, entende-se que “a evolução do conceito de espaço público que tem ganhado cada vez mais novas abordagens, moldadas por meio da evolução na produção do espaço urbano, marca inicialmente uma virada na concepção da forma dos espaços” (NARCISO, 2009, p. 275).

Reflexão acerca da problemática do lazer na sociedade contemporânea: o parque urbano

Na sociedade contemporânea, o lazer funciona como uma das razões das transformações urbanas. O sociólogo francês Joffre Dumazedier (1974) considera a função cultural da cidade expressada nas amplas opções de lazeres. Segundo ele, a ideia de função cultural ganhou tanta importância que passou

a ser um meio de atração nos centros urbanos. Desse modo, para simbolizar a ideia de desenvolvimento, as cidades devem ser centros de lazeres capazes de atender às necessidades culturais dos diversos tipos de profissionais e atendendo às diferentes idades. É nesse sentido, que o autor destaca a progressiva influência do lazer no planejamento urbano.

O lazer pode ser classificado de diversas formas, sobretudo, as formas de se experimentar o lazer, embora esse debate normalmente esteja condicionado por valores de trabalho. Uma maneira de buscar esse esclarecimento é o modo como os sujeitos definem o lazer na prática. Dumazedier define lazer como sendo:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p. 34).

Em sua obra “Sociologia Empírica do Lazer” (1974), Dumazedier comenta que desde o início da sociedade industrial os pensadores sociais do século XIX previam a necessidade do lazer, contudo, não conseguiram entender a dinâmica e as propriedades deste fenômeno. Teóricos como Auguste Comte, Pierre-Joseph Proudhon e Karl Marx divergem sobre a concepção da sociedade futura, porém todos atribuíram a mesma relevância à conquista do lazer pelo progresso técnico e pela emancipação social. Todos associaram o desenvolvimento do lazer ao progresso da cultura intelectual dos trabalhadores e ao aumento de sua participação nos negócios da cidade, conforme afirma Dumazedier (1974).

Para Camargo (2003), no cotidiano dos indivíduos, o lazer está sujeito a fatores culturais, políticos, econômicos e sociais, neste sentido o lazer deixa de ser uma ação de livre escolha. O autor faz ainda outras considerações sobre as práticas de lazer, na qual, segundo ele, o prazer é sempre um objetivo nestas práticas, mas que nem sempre é alcançado, todavia, envolve o caráter liberatório das obrigações, na medida em que os indivíduos procuram no lazer uma compensação pelo empenho realizado no trabalho. Ao citar os espaços urbanos onde se pode realizar o lazer, o autor comenta uma

pesquisa realizada em 1973 na cidade do Rio de Janeiro, que mostrou que “80% do tempo livre da população são consumidos dentro de casa. Outra pesquisa, [...] mostrou que a maioria da população carioca não sai de casa nos fins de semana” (CAMARGO, 2003, p. 61). Outros lugares considerados como espaços urbanos de lazer para o autor são as ruas e bares, os centros culturais e até os locais de trabalho que, em alguns casos, investem no lazer dos empregados.

Para Dumazedier (1974), o espaço de lazer é um espaço social onde se dispõem relações específicas entre seres, grupos e classes e compreende tanto equipamentos privados quanto os equipamentos públicos. De todo modo, nota-se que não há uma definição precisa do que é o lazer. Dumazedier (1974) em sua análise caracteriza o lazer como qualquer atividade que apresente quatro propriedades, definidas pela relação às obrigações impostas por instituições e pelas relações às necessidades do indivíduo. Para o autor essas quatro propriedades são: caráter liberatório, caráter desinteressado, caráter hedonístico e o caráter pessoal. Vejamos as principais características dessas propriedades.

a) Caráter liberatório: a primeira propriedade caracterizada por Dumazedier (1974) está relacionada a uma prática de livre escolha, é importante salientar que o lazer não necessariamente implica em liberdade ou em excluir todas as obrigações. Como relembra o autor, “o lazer é liberação de certo gênero de obrigações”. Essas obrigações institucionais são impostas por organismos constitutivos da própria sociedade: instituições profissionais, familiares, sócio-espirituais, sócio-políticas (DUMAZEDIER, 1974, p. 94). As obrigações interpessoais, de origem dos organismos de lazer são, na visão do autor, consideradas secundárias do ponto de vista da sociedade. Desse modo, o lazer é fundamentalmente a liberação das obrigações primárias impostas por organismos como o trabalho profissional, a instituição familiar, a instituições sócio-políticas e as socioespirituais.

b) Caráter desinteressado: Na visão do autor, a propriedade citada anteriormente tem como consequência esta segunda, ou seja, o lazer não está vinculado a fins lucrativos de nenhuma ordem, seja do trabalho profissional ou a fins utilitários, como das obrigações domésticas ou fins ideológicos, políticos e espirituais. O lazer então, em qualquer que seja sua forma: de jogo, artística, física ou intelectual, não atende a nenhum serviço de fim social ou material. Desse modo, se o lazer cumpre a

algum fim lucrativo ou utilitário, ele se transforma em obrigação, sendo assim, não mais considerado lazer.

c) Caráter hedonístico: Esta propriedade está relacionada com a satisfação pelo indivíduo na prática do lazer. Conforme a classificação de Dumazedier (1974), a busca pelo prazer e da felicidade é um dos elementos fundamentais do lazer da sociedade moderna. Assim, diferente de outras obrigações do indivíduo, a prática do lazer não vem de uma necessidade material, moral ou jurídica. O lazer envolve então o caráter libertador e a procura pelo estado de satisfação é uma condição para sua realização.

d) Caráter pessoal: Esta última propriedade citada pelo autor pode ser entendida como a manifestação das necessidades do indivíduo, frente às obrigações institucionais que a sociedade impõe. Nesse sentido, estão ligadas às práticas com o propósito da libertação do sujeito em relação à fadiga física e mental e do tédio, resultado da execução de tarefas no cotidiano.

A partir destas ideias, podemos observar que o significado do lazer pode envolver diversas particularidades. Para Pimentel (2010), o conceito ainda é associado a função da diversão, à liberação do tédio, recuperação do estresse e à expressão do poder criativo. Dumazedier (1974) aponta para a necessidade de elaborar estudos para viabilizar soluções para um desenvolvimento cultural harmonioso das coletividades urbanas. Para Dumazedier (1974) o problema das condições do “livre acesso do maior número de pessoas aos níveis mais elevados da cultura do corpo e do espírito deveria ser objeto de uma tomada de consciência coletiva, de uma deliberação de todos os organismos interessados [...]” (DUMAZEDIER, 1974, p.167).

Para Marcellino (1996), o lazer do trabalhador, experimentado no pequeno tempo livre fora da jornada de trabalho, não pode ser entendido pelo modelo da Antiguidade, quando era um considerado um privilégio de poucos e sustentado pela exploração da população. Diferente disso, é “fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente, incide sobre ela como gerador de novos valores que a contestam” (MARCELLINO, 1996, p. 4).

Na visão de Ansarah (1990), o tempo livre conquistado junto ao tempo de trabalho contribui para o desenvolvimento do indivíduo por meio de atividades de entretenimento. Para a autora, “as atividades de lazer que mobilizam o tempo livre podem ser, acima de tudo, uma forma de afirmação de si próprio, do sujeito social em face do trabalho e a outras instituições de base da cidade” (ANSARAH, 1990, p. 93). Camargo (2003) também contribui neste debate quando coloca o lazer como um “modelo cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos”. Esta é a chamada educação informal numa sociedade que, não apenas por meio da escola ou da família, mas que possuem pontos de encontro e informações como a TV, jornais, *outdoors*, cinema, bate-papos que se converte numa sociedade educativa (CAMARGO, 2003, p. 71).

Para o autor, tanto o trabalho quanto a escola são formas obrigatórias de inserção dos indivíduos na sociedade, entretanto, na tentativa de um equilíbrio maior entre as obrigações profissionais e escolares, deve-se buscar uma reformulação destes modelos de organização, como o estabelecimento de horários de trabalho mais flexíveis e reestruturação de critérios disciplinares e de currículos escolares.

A problemática conceitual que abrange o lazer envolve o papel dos poderes públicos em relação à formulação de políticas de lazer e pode ser entendida como uma forma de emancipação do indivíduo.

Para Marcellino:

É uma questão de cidadania, de participação cultural. Entendo por participação cultural a atividade não-conformista, mais crítica e criativa, de sujeitos historicamente situados. Entendo, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura da sociedade, tendo em vista, não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura (MARCELLINO, 1996, p. 27).

Dumazedier (1974) também evidenciou a importância de políticas de desenvolvimento cultural no urbanismo, para produzir, no lazer das massas urbanas, “um equilíbrio entre os valores do repouso, do divertimento, e do aperfeiçoamento permanente das capacidades e dos conhecimentos [...], também, um equilíbrio entre os valores de lazer e os do trabalho, ou os das obrigações familiares, sociais, cívicas,

políticas” (DUMAZEDIER, 1974, p. 167). Segundo ele, a cidade se tornaria um centro de popularização de valores culturais e sociais.

Nessa mesma direção, Marcellino (1996) cita o aumento dos debates acerca do lazer nas últimas décadas, principalmente ligado à qualidade de vida nas cidades. Entretanto, essas discussões não têm sido seguidas por ações do poder público. Para o autor, o que vem acontecendo é uma má utilização de recursos no setor, justamente pela ausência do entendimento em relação ao termo o que limita as políticas de atuação. Ele relembra que a introdução do termo “lazer” ao vocabulário é relativamente recente e carregada por divergências quanto a seu significado. Em suas palavras:

O que se verifica, com maior frequência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas que, muitas vezes implica na redução do conceito a visões parciais, restritivas aos conteúdos de determinadas atividades. Essa tendência restritiva, que pode ser constatada na linguagem popular, [...] é alimentada pelos meios de comunicação de massas, na veiculação da programação de atividades; via de regra ligadas ao esporte e à arte [...] Nem mesmo na denominação de órgãos públicos a definição do campo abrangido pelo lazer fica evidenciada. A partir da década de 70, incorporou-se o tema para denominar repartições de prestação de serviços públicos, geralmente associando-o, restritivamente, a setores culturais específicos. [...] Secretaria e Divisões de “Esportes e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer” [...] (MARCELLINO, 1987, p. 21).

Nota-se uma limitação conceitual acerca dos conteúdos do lazer, o que, para o autor, dificulta o planejamento de ações específicas. Sendo muitas vezes reduzidas pelos órgãos públicos em “calendários de eventos”. Na Constituição Federal de 1988, o lazer inclui-se no Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como direito social, no entanto, o termo só é tratado quanto à formulação de ações.

Marcellino (1996), ao analisar o texto, interpreta que o lazer é restritivamente vinculado ao conteúdo do esporte, o que dificulta a compreensão do lazer enquanto objeto de estudo e como campo de atuação do poder público. A isso se soma, a irrelevância dado à problemática do lazer, diante de temas considerados “sérios” pelo setor público, principalmente em relação à liberação de recursos.

Assim, Marcellino (1996) propõe uma discussão que circunde o amplo entendimento do lazer, dos seus conteúdos, ou seja, seus diferentes significados; que compreenda o lazer pelo seu aspecto educativo, para além do descanso e do divertimento. O autor também destaca a necessidade de frisar as possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural. Esse debate envolveria Administração Pública Municipal, na perspectiva de estabelecer prioridades e analisar equipamentos específicos disponíveis no espaço urbano.

[...] é preciso considerar que a questão do lazer não pode ser enfrentada de modo isolado da questão sociocultural [...] é preciso também considerar as possibilidades de ações específicas, na área, que considerem o lazer na totalidade das relações sociais e os limites e possibilidades de políticas públicas setoriais (MARCELLINO, 1996, p. 20).

É evidente que a problemática do lazer se apresenta com diversas dúvidas e polêmicas entre os estudiosos do tema, o que exige refletir sobre o contexto e o momento histórico na qual ele está sendo observado, assim como pensar sobre os valores e o modo de vida de seu período (PIMENTEL, 2010).

Entre os espaços de lazer presentes nos centros urbanos, destacam-se os parques como importantes elementos com esta função. Os parques urbanos podem ser considerados como resultados das transformações porque passaram as cidades ao longo do tempo. Segundo Macedo e Sakata (2010, p. 14), a definição de parque nem sempre é clara, alguns consideram o parque qualquer espaço público de lazer ou de conservação com presença de vegetação. Para os autores, o parque é caracterizado pela disponibilidade de estruturas de lazer, podendo ser conceituado como:

[...] espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO; SAKATA, 2010, p.14).

É neste contexto que Macedo e Sakata (2010, p.13) consideram o parque urbano “um elemento típico da grande cidade moderna, estando em constante processo de modificação”.

Conforme Brumet al. (2013), no final do século XVIII, as cidades europeias passaram a acumular cada vez mais pessoas devido ao crescimento econômico, a partir daí, foram criados os parques urbanos. No Brasil, Macedo e Sakata (2010) afirmam que os parques urbanos datam do final do século XVIII e início do século XIX, porém são mais difundidos a partir do século XX com a consolidação das redes urbanas. Esses parques eram diferentes dos Europeus em que foram projetados para atender a demanda por lazer, aqui esses parques foram construídos para o descanso das elites locais, que naquele momento controlavam a nova nação e buscavam recriar um ambiente compatível com os padrões europeus, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre.

Segundo Bovo (2009), os parques urbanos no Brasil se modificaram a partir da segunda metade do século XX, destacando-se em relação às diferentes funções sociais, passando a ser utilizados como meio de socialização, lazer e recreação, além de áreas de preservação e conservação da natureza. Para o autor os espaços livres como parques “cresce à medida que aumenta a densidade demográfica resultante do crescimento populacional. Os grandes centros urbanos e as áreas mais densamente povoadas necessitam dos benefícios proporcionados pelas áreas verdes” (BOVO, 2009, p.46).

No Brasil, a partir da década de 1920, observou-se um interesse político pela implantação e formação de parques, processo influenciado pela crescente urbanização no país (MACEDO; SAKATA, 2010). Os primeiros parques surgem em 1950 e 1960, devido à ausência de espaços de lazer de massa, no entanto ficam limitados a algumas cidades e grupos de pessoas. Para os autores foi na primeira metade do século XX que os “[...] parques são construídos em pequeno número, concentrando-se em algumas das grandes cidades – capitais ou não – e estâncias de veraneio, ficando restritos praticamente a áreas centrais e a bairros de elite” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 34).

Macedo e Sakata (2010) destacam que, embora ainda limitados, com o aumento populacional nas cidades, os parques se tornam um espaço de lazer desejado por milhares de pessoas. Entende-se também que no contexto da sociedade capitalista o parque público pode servir à valorização fundiária. Nesse sentido, Serpa (2005) afirma que:

[...] o parque público concretiza-se, em geral, no contexto de um grande programa imobiliário. Os discursos oficiais colocam sempre em primeiro plano as virtudes encarnadas por esse tipo de equipamento sem, no entanto, excluir seu valor econômico, menos sedutor do ponto de vista ideológico, mas determinante para a realização desse tipo de operação urbana. Note-se que essas operações são acompanhadas de novos processos de especulação imobiliária nas cidades analisadas (SERPA, 2005, p. 112).

O autor formula a hipótese de que estes processos trazem consigo transformações do perfil populacional e da funcionalidade das áreas envolvidas. Para ele, “os parques públicos são elementos de valorização do espaço urbano [...]” (SERPA, 2005, p. 113). Deste modo, por meio de padrões estéticos e de discursos oficiais, reforça-se a ideia de que o parque público é um meio de integração social nos espaços urbanos. Serpa (2005, p.116), destaca que “o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias [...] que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas”.

Para o autor, o processo de valorização de áreas próximas a parques urbanos serve ainda como um meio de segregação social na medida em que se restringe o uso a certos grupos. Em seu estudo de caso, Serpa (2005) analisou as aglomerações dos espaços verdes de Paris e concluiu que nos anos de 1977, 1980 e 1981 existiu um predomínio de profissionais liberais, bem como de trabalhadores qualificados, em contrapartida, foi constatado um número duas vezes menor de operários e empregados com baixo nível de escolaridade.

O parque urbano utilizado neste estudo foi o Parque do Ingá, localizado na área central da cidade de Maringá (PR), no qual se realizou levantamentos que tiveram como enfoque a área externa do parque, onde funciona uma pista de caminhada. No próximo item apresentamos as principais ações empregadas durante nosso percurso e uma breve caracterização da área pesquisada.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas. Na primeira, realizou-se o levantamento teórico por meio de livros, teses, dissertações, artigos científicos entre outros, sobre espaço público, parques urbanos e lazer tendo em vista a sustentação teórica da pesquisa.

A segunda etapa constituiu a pesquisa *in loco*, de caráter qualitativo e quantitativo por meio da aplicação de questionário aos usuários ao longo da pista externa do Parque do Ingá, para isso foram determinados 4 dias da semana (quarta-feira, sexta-feira, sábado e domingo). Os dias selecionados para aplicação do questionário foram alternados para abranger a maior diversidade de usuários para realização das entrevistas.

A elaboração do questionário obedeceu às variáveis a serem investigadas, objetivando entender a faixa etária, o gênero, a renda média, a região geográfica de procedência e a avaliação dos usuários. Foram aplicados 30 questionários constituídos de 14 questões semiestruturadas sendo selecionados apenas 27, três destes foram descartados por possuírem respostas inadequadas para a pesquisa. Quanto aos horários das entrevistas também visou encontrar o maior fluxo de pessoas, realizando-se entre as 18 e 20 horas.

Na terceira etapa, realizou-se a análise dos questionários, nos quais foi possível coletar as informações que identificaram o perfil do público frequentador da pista de caminhada, além de revelar a satisfação e postura com relação à infraestrutura do espaço de lazer estudado.

Breve caracterização da área de estudo: o Parque do Ingá

O Parque do Ingá (Figura 1), situado na área central da cidade de Maringá, na região noroeste do Estado do Paraná, é um dos pontos turísticos mais visitados do município. Constitui-se uma Unidade de Conservação classificada na categoria de Parque Municipal com o objetivo da conservação e preservação da área aliado ao oferecimento de lazer, educação e pesquisa.



Figura 1. Vista aérea do Parque do Ingá. Disponível em: <http://blogs.odiario.com/edsonlima/wp-content/uploads/sites/51/2009/09/inga.jpg> (Acesso em 10/09/2015).

O Parque do Ingá localiza-se próximo a duas importantes vias da cidade a Avenida São Paulo e a Avenida Laguna. Possui área de 474.300 m² (47,43 ha), em seu interior, dispõe de trilhas e um lago, na área externa possui uma ATI (Academia da Terceira Idade) e uma pista de caminhada que circunda toda área externa.

Segundo Jabur (2002), os parques da área central da cidade de Maringá foram idealizados pelo urbanista Jorge Macedo Vieira, que os projetaram no formato de pulmões. O Parque do Ingá, primeiramente conhecido como Bosque I ou Bosque Dr. Etelvino Bueno de Oliveira, teve seu nome modificado através da Lei Municipal nº 880/1971 devido à grande presença de árvores do gênero “ingá” (*Ingamarginata*).

Segundo o Plano de Manejo (2007), o parque é uma das mais importantes remanescentes de Mata Atlântica da região, abrigando espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção. A área é de propriedade da Prefeitura Municipal desde 1986, registrado sob o nº 2.796. O parque foi designado área de preservação permanente no ano de 1990, por meio do artigo 174 da Lei Orgânica. Ao mesmo tempo em que o Parque do Ingá é considerado uma unidade de conservação é, também, uma área verde

urbana de recreação (GARCIA, 2006). A esta contradição podemos associar primeiramente a sua localização na área central da malha urbana e também pelos diferentes espaços oferecidos ao público como pistas para caminhada em contato com a natureza e paisagem agradável. A ocupação acelerada da área urbana e a crescente demanda por áreas de lazer também podem ser vinculados a este processo. Nesse aspecto, Garcia (2006) salienta que a partir de 1971 o parque passou a ser urbanizado, sendo aberto à visitação e incorporando à rotina da população.

Garcia (2006) evidencia que a administração pública ao longo do tempo priorizou o desenvolvimento do parque como área de recreação para a população, na medida em que o próprio plano de manejo tem por objetivo atrair os usos científicos, educativos e recreativos conciliados a preservação permanente do ambiente natural. Assim, deixou-se “para um plano secundário as questões ambientais e de ordem técnica, que são de fundamental importância para o planejamento adequado da conservação da fauna e da flora da região” (GARCIA, 2006, p. 99).

Contudo, nos últimos anos o Parque do Ingá foi considerado: “a área recreativa de maior importância no município e uma das principais em todo o Estado” (GARCIA, 2006, p. 105). Segundo o Plano de Manejo (2007), a área recebe grande público anual, estimado em 500.000 pessoas, sendo deste número 67% residentes de Maringá, e os 33% restantes, visitantes das cidades próximas e de outros Estados.

Resultados e discussões

Para Nunes Junior (2011, p. 146), o estudo dos parques urbanos é um importante instrumento que contribui para explicar o modo de organização nas cidades. Segundo o autor, “estes locais teriam por função conduzir os sujeitos à sensação de descanso e de entretenimento, seja pela recriação do contato com a natureza, seja pela oferta de atividades dotadas de elementos lúdicos [...]”.

Tendo como base as ideias apresentadas por Nunes Junior (2011), os resultados aqui apresentados se referem à parte externa do Parque do Ingá (Fig. 02). A parte externa é constituída de pista para caminhada com seus 47,43 hectares de área, além de uma ATI (Academia da Terceira Idade). As

estruturas atraem diariamente um grande número de pessoas que frequentam o local para a prática de diferentes atividades esportivas.



Figura 2. Vista parcial da pista externa de caminhada do Parque do Ingá. Disponível em:

http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/imagens/gd_03e91071d268.jpg. Acesso: 10/09/2015.

Com a análise dos dados levantados definiu-se o perfil do público que frequenta a pista de caminhada na parte externa do Parque. O gráfico 1 aponta que a faixa etária predominante durante a pesquisa é constituída pelo público adulto.

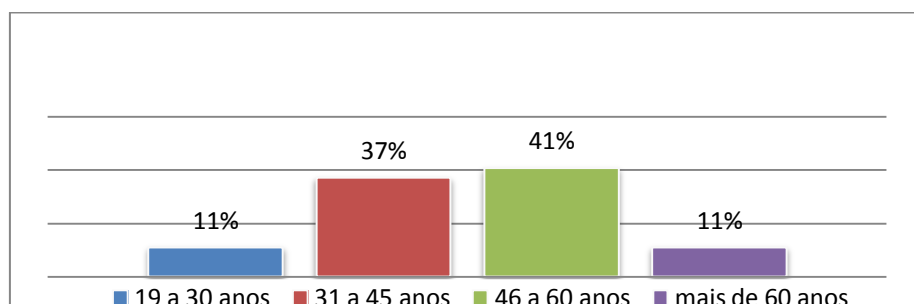


Gráfico 1. Faixa etária do público frequentador da pista externa do Parque do Ingá (em %). Fonte: Pesquisa de campo realizado pelo autor.

Quanto ao local de procedência dos entrevistados 55,5% responderam que moram ou trabalham próximo do parque alegam que proximidade é a razão principal para frequentá-lo. Entretanto, os

44,5% que afirmaram não residir ou trabalhar próximo ao parque, informaram diferentes bairros de Maringá como local de residência (Tabela 1). Apesar da maioria dos entrevistados residirem ou trabalharem próximo ao parque, 52% das respostas afirmaram utilizar o veículo como meio de transporte para chegar até o local. Seguido de 45% dos usuários que afirmaram não utilizar meio de transporte e de 3% que disseram se deslocar de bicicleta até o parque.

Número de entrevistados	Bairro de origem	Menor distância do limite do bairro de origem até o Parque do Ingá
8	Zona 1 (Centro)	40 m
5	Zona 8	500 m
1	Zona 3	500 m
2	Zona 7	2 km
1	Zona 5	2,3 km
1	Jardim Novo Horizonte	2,6 km
1	Jardim Alvorada	3 km
1	Vila Marumby	3,6 km
2	Parque Cidade Nova	3,8 km
1	Vila Nova	4,1 km
1	Jardim Itália II	4,8 km
2	Jardim Paris	6,5 km
1	Parque das Palmeiras	6,5 km

Tabela 1. Relação dos entrevistados e seus bairros de origem. Fonte: Pesquisa de campo realizado pelo autor.

Relação à frequência de visitação, 74% do público respondeu que costuma ir ao local de 3 a 7 vezes por semana, sendo predominantemente para utilizar a pista de caminhada e a ATI (Academia da Terceira Idade), também localizada na área externa do parque. O grande fator de atração alegado por 99% dos entrevistados a frequentarem o local foi o lazer, representado segundo as respostas pelo contato com a natureza e a existência da pista própria para caminhada. Esses dados corroboram com as ideias de Bovo (2009) quando o autor aponta o lazer como uma das formas de apropriação dos parques urbanos num contexto em que se aumentam as demandas pelos espaços livres e a necessidade da população por benefícios proporcionados pelas áreas verdes.

Os parques urbanos, enquanto espaços públicos, podem ainda fornecer importantes informações para caracterização dos valores sociais predominantes nas cidades. Para Bortolo (2013, p. 53) “as

diferentes dinâmicas sociais implicam a diversidade da forma, conteúdo e apropriação dos espaços públicos, tais como praças, parques e as ruas. Suas configurações nada mais são que o símbolo da cultura e da ordem social existente”. Por conseguinte, a partir dos questionários, verificou-se um domínio de um grupo social de elevada renda na apropriação do espaço público externo do Parque do Ingá. O gráfico 2 aponta a renda média dos entrevistados.

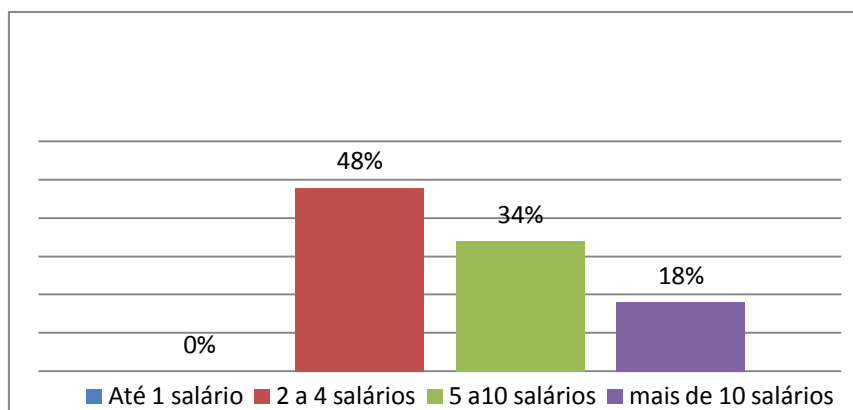


Gráfico 2. Renda média do público frequentador da pista externa do Parque do Ingá (em %). Fonte: pesquisa de campo realizado pelo autor.

Os dados levantados nos questionários indicam que a apropriação desta área pública de lazer vem se restringindo a um público de classe média alta de diferentes bairros da cidade, porém em sua maioria reside ou trabalha nas proximidades do Parque do Ingá. Além disso, em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, 59% afirmaram ter nível superior (Gráfico 3), características similares ao que Serpa (2005) chamou de nova classe média, em pesquisa já citada, representado nas cidades pelos “novos grupos de trabalhadores qualificados, engenheiros e técnicos, [...], pelas classes médias assalariadas com um nível elevado de estudos, pelas novas(ou renovadas) categorias profissionais, ou, simplesmente, pelo setor terciário inteiro (SERPA, 2005, p. 116). Em seu estudo, o autor considera a implantação de parques como operações de urbanismo, que visam à valorização do espaço urbano, e a consequente modificação do perfil populacional destas áreas.

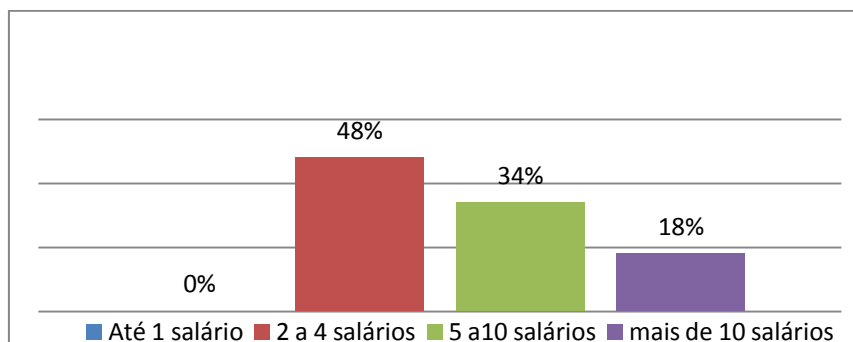


Gráfico 3. Grau de escolaridade dos frequentadores da pista externa do Parque do Ingá (em %). Fonte: pesquisa de campo realizado pelo autor.

Os dados apresentados nos gráficos 2 e 3 (Renda média e Grau de escolaridade) mostram um usuário com elevada renda média e alto grau de instrução, o que caracteriza um perfil de classe média alta entre o público que se apropria da área externa do Parque do Ingá. Para Serpa (2005) a seletividade do público é um dos resultados do processo de requalificação do espaço urbano. Nas palavras do autor, a segregação de grandes parcelas da população reforça a ideia de que [...] “o parque é antes de mais nada um espaço de alto valor patrimonial, contrariando o senso comum que idealiza esses equipamentos como bens coletivos e lugares da diversão, do entretenimento e da “Natureza socializada” (SERPA, 2005, p. 114).

Assim sendo, os parques estudados por Serpa (2005), e o Parque do Ingá estão localizados em uma zona residencial de alto padrão, sugerindo uma relação entre a visibilidade e o espaço público. Dessa forma, entendemos que nas cidades contemporâneas, a construção de parques é mediada pelo poder local, que transforma esses locais em áreas de atração e atuação do mercado imobiliário. Ao mesmo tempo, observa-se por intermédio das respostas do questionário a relação de pertencimento de uma classe média alta ao espaço público externo do Parque do Ingá. Nesse contexto, “a apropriação social dos parques públicos mobiliza códigos de conduta supostamente conhecidos de todos, mas são as classes médias que impõem aqui suas concepções e usos” (SERPA, 2005, p. 119).

O município de Maringá possui dentro de seus limites, 17 parques, no entanto, como menciona Bovo (2009), muitos não possuem nenhuma estrutura ou estão localizados em áreas rurais. Por outro lado, praticamente situados na área central da cidade estão três grandes reservas florestais: o Parque do

Ingá, Bosque II – Parque Florestal dos Pioneiros, pertencentes à Prefeitura Municipal de Maringá, e o Horto Florestal, vinculado a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Os demais parques situados em área urbanizada são:

Parque	Localização	Bairro	Área (m ²)	Lei n ^o
Parque do Cinquentenário	Rua Palmital	Jardim Imperial - Zona 29	118.125,03	674/97
Parque Florestal Municipal das Palmeiras	Avenida São Judas Tadeu/Rua Flamboyant	Jardim Vitória	61.134,48	3513/93
Parque Alfredo Nyffeler	Rua Bogotá	Vila Morangueira	104.967,82	0162/88
Parque Municipal Ecológico do Guaiapó	Av. D. Sophia Rasgulaeff/Rua Itapuã	Conjunto Parigot de Souza	16.205,48	3513/93
Parque Municipal Borba Gato	Anel Viário/ Rua Primavera	Zona 44	76.540,37	3513/93
Bosque das Grevíleas	Av. Brasil/ Av. Pio XII	Zona 5	34.972,92	-----

Tabela 2. Relação de Parques existentes em Maringá – PR, excluindo os localizados na área central.

Fonte: Adaptado de: BOVO, 2009.

Entendendo que a relação de proximidade com o parque possa ser uma das justificativas para o perfil do público identificado na área do Parque do Ingá. A tabela 2 aponta para a existência de outros parques na cidade, em diferentes bairros e com grandes áreas. Portanto, esses locais eventualmente poderiam apresentar outro perfil de visitantes. Entretanto, Bovo (2009) destaca que alguns desses parques sofrem com a falta de infraestrutura, dificultando seu uso e sendo alvo de reclamações pela população do entorno. Casos como o Parque Municipal Ecológico do Guaiapó, Parque Municipal Borba Gato e o Parque do Cinquentenário, estes apresentaram uma série de problemas, como a ausência de estruturas para o atendimento à população, como, pista de caminhada inacabada, falta de iluminação e até pontos de descarte de entulho em seu perímetro e falta de segurança. Ações como essa, evidenciam a ausência do Estado na gestão de equipamentos urbanos fora do corredor turístico e em áreas periféricas da cidade, inutilizando espaços onde a população poderia se beneficiar.

Fica claro que, a produção dos espaços públicos, na cidade contemporânea, está vinculada a estratégias políticas e atende aos interesses do capital (SERPA 2005, NARCISO 2009, BORTOLO, 2013). Situações como esta contribuem para a “valorização negativa” dos espaços públicos como já mencionado por Silva (2009), na medida em que áreas como os parques urbanos passam a representar locais de perigo por parte da população.

Retomando, ainda, às discussões sobre o Parque do Ingá, entende-se que este deveria receber um olhar diferenciado pela administração pública, em vista de sua localização central é cercada de interesses econômicos. O gráfico 4 aponta que a maioria dos usuários ouvidos considerou como insuficiente a infraestrutura disponibilizada na área externa do parque.

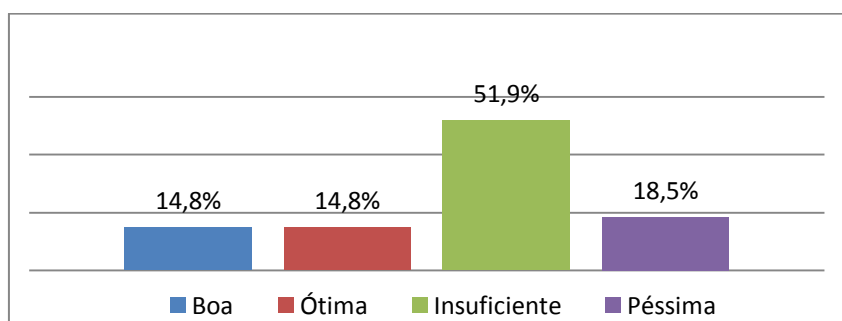


Gráfico 4. Avaliação dos entrevistados da infraestrutura da pista externa do Parque do Ingá (em %). Fonte: pesquisa de campo realizado pelo autor.

Em relação às principais reclamações, a maioria dos entrevistados criticou a infraestrutura da pista de caminhada, irregular e com buracos em vários pontos do trajeto. Também foi citada a falta de poda e limpeza das árvores que recobrem a pista, a falta de banheiros, bebedouros e de segurança, principalmente no horário noturno.

Durante o período de levantamento realizado em janeiro de 2015 sobre a área externa do Parque do Ingá, no tocante ao espaço de lazer, foi possível identificar o perfil do público frequentador, assim como estes usuários analisam a infraestrutura desse espaço público. A partir da relação dos usuários com o espaço de lazer, é possível “obter diferentes leituras da realidade, tipos inusitados de relações com o espaço, dos quais podem emergir possibilidades de vislumbrar novas maneiras de resolução de

problemas, de construção de outros modelos de funcionamento da sociedade” (NUNES JÚNIOR, 2011, p. 153).

Além disso, por meio do levantamento bibliográfico acerca do tema, foi possível compreender sob a ótica de diversos autores as principais concepções sobre o espaço de lazer produzido pelos centros urbanos.

No espaço de lazer produzido pela pista externa do Parque do Ingá, confirmou-se, entre os usuários que estavam no local, a presença de um grupo cujo poder aquisitivo é elevado e, também, com alto grau de instrução. A maioria dos entrevistados avaliou como deficiente a infraestrutura da pista de caminhada, evidenciando algumas necessidades em relação ao local.

Constatou-se, também, que o meio de transporte pode ser considerado um dos determinantes para o acesso ao parque, visto que dos frequentadores que se beneficiam da área, em sua maioria, reside próximo, ou possui veículo para fazer o deslocamento até o Parque do Ingá.

Assim, conclui-se que apenas uma parte da população da cidade se beneficia desse espaço de lazer, população que tem características semelhantes a respeito de renda média e grau de escolaridade. No entanto, ao avaliar a área do Parque do Ingá, não se pode negar a potencialidade de sociabilidade entre os usuários que o local pode oferecer, dado a sua grande área no centro da cidade e a carência da população por locais em contato com a natureza.

A partir das informações levantadas neste estudo pode-se notar o quanto os espaços públicos de lazer representam rico campo de investigações, que podem auxiliar no entendimento da apropriação dos espaços de lazer. Para, além disso, como comenta Brum *et al.* (2013) os resultados podem contribuir para o planejamento de ações nestas áreas de lazer destinadas a população, em vista de suprir as necessidades encontradas quanto às infraestruturas observadas. Já Bovo (2009) destaca que a manutenção de parques contribui para a melhoria da qualidade de vida urbana, a partir do momento em se criam áreas de lazer públicas.

Diante do exposto, constata-se que é imprescindível a necessidade de intervenção do Poder Público em dois momentos, primeiramente na realização de melhorias na estrutura da pista externa do Parque do Ingá, bem como, a instalação de bebedouros, de sanitários e do aumento da vigilância noturna. Além disso, considerando o abandono de outros parques situados em bairros distantes da área central, entende-se que esses locais devem receber mais atenção da Administração local, através de investimentos em construção e recuperação de pistas de caminhada, iluminação e segurança. Esta ação, além de contribuir para a manutenção destes parques, poderia colaborar para a melhoria da qualidade de vida da população destes bairros, na medida em que se disponibilizariam mais espaços de lazer e integração social na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável por meio dos diversos estudos analisados, que os parques urbanos se encontram no centro da problemática que envolve os espaços públicos, uma vez que inclui a “preocupação com a conservação, revitalização e divulgação dos parques como espaços urbanos, públicos, de lazer, recantos para contemplação da natureza, para manifestações culturais, artísticas e esportivas [...]” (LIMA; ROCHA, 2009, p.54). Os dados levantados nesta pesquisa demonstram a influência das áreas verdes na atração da população que busca o lazer, na medida em que se constataram usuários de vários bairros da cidade. O Poder Público, por meio do marketing “Cidade Verde”, “coloca a cidade de Maringá como uma das cidades brasileiras que mais investiram na qualidade de vida de sua população” (BOVO, 2009, p. 88).

Outro ponto a considerar refere-se à acessibilidade aos espaços públicos, pois este se destaca como direito público da população, tendo em vista o exercício de cidadania. Castro (2002) considera o espaço público como um desafio às políticas urbanas além de um desafio cultural, pelo fato de explicar a realidade da apropriação dos espaços nas cidades. Nesse sentido, a autora refere-se “a existência de duas dimensões presentes no conceito de espaços públicos. Por um lado, trata-se de ‘espaços do visível’, regulados por um ‘direito de olhar’ e, por outro, de espaços acessíveis, ordenados por um “direito de visita” (CASTRO, 2002, p.55).

Nessa perspectiva, embora a análise dos dados apresente uma diversificação em relação aos bairros de procedência dos entrevistados, a maioria reside próximo ao Parque do Ingá, considerando a distância de até 2,3 km. Ademais, o perfil das respostas remete a apropriação do espaço do parque por um grupo social comum, com elevado grau de escolaridade e renda média elevada, caracterizado por Serpa (2005) no início do artigo, como as novas classes médias.

Em outro momento, verificou-se que o Parque do Ingá recebe atenção maior do Poder Público devido ser localizado na área central e, conseqüentemente, tornou-se um dos pontos turísticos com maior acesso de pessoas. Em contrapartida, outros parques urbanos de Maringá, situados em áreas distantes do centro, carecem de investimentos e, se recuperados poderiam ser utilizados pela população.

Levando-se em consideração os aspectos aqui discutidos, é nítido que os parques urbanos se mostram como potenciais áreas de pesquisa, podendo contribuir com informações que auxiliem os órgãos públicos no desenvolvimento de estratégias de acessibilidade, na melhoria das infraestruturas de lazer e no atendimento ao público.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, Maria Gomes dos Reis. Tempo e atividades de lazer. **Revista Turismo em Análise**, ECA-USP, v. 1, n.2, p. 01-98, 1990. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/778/551>>. Acesso em 15 de junho 2015.

BORTOLO, Carlos Alexandre de. O espaço público do parque do povo – Presidente Prudente - SP: reflexões geográficas. **Revista Geografia em Atos**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 13, v.1, p. 50-65, jan/jun.2013. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/2306>> Acesso julho 2015.

BOVO, Marcos Clair; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Análise e diagnóstico dos parques urbanos em Maringá (PR), Brasil. **Geo UERJ**, v. 2, n. 22, p. 323-349, 2011. Disponível em: <<http://www-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/2466/1737>>. Acesso em 15 de junho 2015.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas verdes urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR**. 334f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BRUM, Cristhian Moreira *et al.*; Caracterização dos Espaços Públicos de Lazer e a Satisfação dos Usuários na área central de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 10, nº 10, p. 2130-2139, Jan-Abr., 2013. Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/article/view/7639>>. Acesso em 21 de julho 2015.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CASTRO, Alexandra. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. **Revista Cidades– Comunidades e Territórios**.nº 05, p. 53-67, Dez. 2002. Disponível em: <<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/184>> Acesso em abril de 2015.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERREIRA, Vítor Matias. Cidade e Democracia. Ambiente, Patrimônio e Espaço Público. **Revista Cidades - Comunidades e Territórios**.nº1, Lisboa, CET/ISCTE, p. 9-35. 2000. Disponível em: <<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/230>> Acesso em 20 de abril 2015.

GARCIA, Júlio César. **Maringá Verde?**o desafio ambiental da gestão das cidades. Maringá. Eduem, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JABUR, Andréia Sartori. Aspectos **Qualitativos do Escoamento Superficial na Microbacia Hidrográfica do Córrego Moscados no Município de Maringá**.182f. Dissertação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2002.

LIMA, Anna Erika Ferreira; ROCHA, Nayara Maria Moura. Dinâmica dos Parques Urbanos de Fortaleza – CE: considerações sobre o Parque Rio Branco. **Revista Conexões – Ciência e Tecnologia**. Vol.3, nº 1, p. 53-61, 2009. Disponível em<<http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/128>>. Acesso em 30 de abril de 2015,

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil** Brazilian urban parks. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas. Papirus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas setoriais de lazer:** o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARINGÁ. Prefeitura do Município de Maringá. **Plano de manejo do Parque do Ingá**. Maringá, 2007.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer e grupos sociais:** Concepções e método. 2000. 115f. (Dissertação Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, 2000.

NARCISO, Carla Alexandra Felipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Revista Estudos e pesquisas em Psicologia**,UERJ, RJ, ano 9, n.2, p. 265-291, 2º semestre de 2009. Disponível em:<<http://www.revispsi.uerj.br/>> Acesso abril 2015.

NUNES JUNIOR, Paulo Cezar. O Parque do Ibirapuera e o lazer na cidade de São Paulo: da descrição à apropriação. **Revista Rua [online]**. 2011, nº 17. Volume 2. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>> Acesso em: 20/07/2014.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (org.) **Teorias do lazer**. Maringá: Eduem. 2010.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA, Ângelo. Parque Público: Um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? **Revista Cidades**.Vol. 1, nº 1, p.111-141, v.2, nº3. Presidente Prudente, 2005.

SILVA, César Henriques Matos e. **Espaço público político e urbanidade:** o caso do centro da cidade de Aracaju. 2009. 314f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, 2009.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. **Os espaços da sociabilidade segmentada:** a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2005. 221 f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.